

**Ecopolítica: governamentalidade planetária, novas
institucionalizações e resistências na sociedade de controle**

Projeto Temático FAPESP

Fluxo Meio Segurança

Relatório 2011

Realizações no período

Segurança

A perspectiva escolhida para o primeiro ano do Projeto Temático foi a da “Água”, o que levou, no *fluxo segurança*, a uma atenção direcionada aos conflitos decorrentes da disputa por esse recurso natural. Esse movimento propiciou a análise de acontecimentos tratados pela literatura como *guerras ambientais* ou *guerras climáticas* (Shiva, 2006; Ramonet, 2003; Welzer, 2010). O livro de Harald Welzer (2010) – *Guerras climáticas: por que mataremos e sermos mortos no século XXI* – foi o alvo inicial de análise, rendendo problematizações no Relatório de Pesquisa 2010 e uma resenha crítica publicada na Revista Ecopolítica, n. 01, agosto-novembro 2011 (Rodrigues, 2011). Essas problematizações iniciais desdobraram estudos publicizados nos simpósios que o

Projeto Temático apresentou no XXVI Simpósio Nacional de História (ANPUH; USP, São Paulo, julho de 2011), no XI Congresso Internacional Luso-Afro-Brasileiro (Salvador, agosto de 2011) e no Seminário Interno do Projeto Temático “Seguranças: da nacional à climática e do Homem” (São Paulo, PUC-SP, dezembro de 2011).

Houve, assim, um redimensionamento do escopo de análise, partindo do foco na questão da água para o dos conflitos gerados supostamente provocados pelas mudanças climáticas em sentido amplo. Tal deslocamento encaminhou o trabalho de pesquisa do *fluxo segurança* para o foco de pesquisa geral do Projeto Temático para 2011 que foi “Terra”.

O argumento central de Harald Welzer (2010) é o de que a escassez de recursos naturais resultante das mudanças climáticas, aceleradas e agravadas pela ação humana, seria uma das principais fontes de conflito no século XXI. Esses conflitos aconteceriam preferencialmente, segundo o autor, em regiões e países pobres, onde a degradação ambiental não encontraria respostas adequadas de “Estados falidos” e “sociedades fracassadas” (Welzer, 2010: 104-113). A incapacidade desses Estados em evitar e reverter situações de desgoverno e guerra civil impulsionadas pelas mudanças climáticas geraria focos de instabilidade e crises humanitárias que viriam a onerar os países desenvolvidos, em especial, os da União Europeia. Esse impacto seria tanto pelos custos decorrentes da “obrigação moral” em intervir para minimizar crises humanitárias, quanto pela pressão direta das levas de imigrantes que tentariam entrar na Europa buscando melhores condições de vida.

Welzer incorpora, sem problematização, os dados divulgados pelo Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC), assumindo a inevitabilidade de alterações drásticas no clima da Terra. No mesmo sentido, o autor assume os conceitos de “Estado falido” e “sociedade fracassada”, imputando a esses “Estados” e “sociedades” a responsabilidade – mesmo que involuntária – pelo agravamento das

situações de conflito derivadas das mudanças climáticas. A expressão “Estado falido” começou a circular no debate acadêmico das Relações Internacionais no início dos anos 1990, (Helman e Ratner, 1992), para designar países nos quais o aparato de Estado havia soçobrado ou sequer havia se constituído, resultando em crises humanitárias, guerras civis e desgoverno de amplidões territoriais.

A referência a “Estados falidos” foi parcialmente incorporada à política externa dos Estados Unidos, nos mandatos de Bill Clinton, sendo citado pela sua chanceler, Madeleine Albright, após o genocídio em Ruanda, em 1994, como um dos maiores problemas para a segurança internacional no século XXI (Moncada R., 2007; Cojanu e Popescu, 2007). A adoção desse “conceito” fez parte de um redimensionamento da política externa estadunidense após o fim da Guerra Fria, baseado na premissa de que a vitória sobre o projeto socialista de Estado marcaria inevitavelmente a universalização da democracia liberal e do capitalismo. Nesse contexto, os “Estados falidos” (“failed states”) seriam nódulos a interromper os fluxos do capital transterritorial e a impedir a consolidação da democracia em determinadas regiões.

Assim, não é fortuito notar que foi Francis Fukuyama (2005) o acadêmico responsável pela mais abrangente divulgação do termo “Estado falido”, em livro publicado em 2004; ele que é considerado, com sua tese do “fim da História” (Fukuyama, 1992), um dos principais arautos da vitória ocidental sobre o socialismo de Estado na passagem para os anos 1990. Em 2005, na esteira da publicação de Fukuyama, a revista estadunidense *Foreign Policy* – a mesma que publicou o artigo seminal de Helman e Ratner (1992) – passou a produzir um *ranking* anual de “falência estatal”, chamado “The Failed States Index”, baseado em critérios sugeridos por autores como Fukuyama. O “Index” chegou, em 2011, à sua sétima edição (<http://www.foreignpolicy.com/failedstates>), sendo sua análise incorporada, em 2011, na pesquisa do *fluxo segurança*.

Estudo preliminar do “Index” indicou que sobressai uma ênfase dos “Estados falidos” como problema de segurança internacional, o que reforça o vínculo com a perspectiva estadunidense pós-11 de setembro de 2001 – corroborada por Fukuyama (2005) – de que esses Estados seriam manancial para abrigar grupos terroristas e organizações transterritoriais dedicadas a ilegalismos, como o tráfico de drogas, de pessoas e armas. Uma análise detalhada da metodologia empregada na produção do “Index” e dos resultados de suas 07 edições será, em 2012, alvo de pesquisa de Iniciação Científica vinculada ao *fluxo segurança*.

Verificou-se, no entanto, que além do uso de “Estado falido”, Harald Welzer (2010) utilizou, também, a expressão “sociedade fracassada” associando ao desmonte institucional e jurídico-político uma dimensão de desarticulação e/ou inexistência de uma sociedade civil. A inclusão dessa dimensão da sociedade civil pareceu diferenciar o estudo de Welzer de outros, como o de Fukuyama (2005), centrados no aparato de Estado e na infraestrutura econômica dos países. Após a indicação colhida em Welzer, a pesquisa bibliográfica constatou que entre autores europeus, há preferência do uso do termo “frágil” (“fragile” em francês e inglês) ao “falido” ou mesmo “fracassado” (traduções possíveis para “failed”) (Davarion e Giordano, 2007; Eugène, 2007).

A escolha dos termos e seu significado no debate são, contudo, inconclusos. Autores como Porteous (2007) utilizam “frágil” e “falido” como conceitos sinônimos, ao passo que outros, como Gaulme (2007) e Brachet (2007), optam por “frágil” associando-os a discussões sobre “estabilização social” e “desenvolvimento comunitário”. O próprio Welzer (2010) utiliza “sociedade fracassada” além de “Estado falido” – e, por vezes, até mesmo “nações fracassadas” – aumentando a variedade de conceitos apresentados. Esses autores, trabalhando na perspectiva da teoria da soberania, apartam “Estado” – o edifício jurídico-político como trata Foucault (2008) – da

“sociedade civil”, como sendo todas as instituições e âmbitos não pertencentes ao aparato de Estado.

No entanto, estudos de Michel Foucault (2007, 2008) mostraram que tal separação não aconteceu no processo de formação dos Estados nacionais e das técnicas de governo voltadas não apenas para o território, mas também para o investimento no governo das populações a partir de táticas ascendentes e descendentes de poder. Assim, os discursos jurídico-políticos – como o das Teorias da Soberania e as de Relações Internacionais – enfrentam, no início do século XIX, o problema de lidar com essa apartação teórica enquanto as práticas de governo explicitam cada vez mais a articulação entre a participação ativa de organizações, grupos e indivíduos não-vinculados ao Estado e as agências estatais. Desse modo, a discussão sobre os “Estados falidos” vem acompanhada de prescrições quanto à importância da participação da chamada “sociedade civil global” (ONGs de ação transterritorial, empresas e até mesmo indivíduos, como blogueiros e ciberativistas) na construção ou reconstrução de “Estados falidos”. Essa atuação seria, simultaneamente, junto às autoridades políticas reconhecidas internacionalmente do “Estado falido”, em colaboração com as agências da ONU e demais organizações internacionais envolvidas e, também, agindo nas organizações não-governamentais, por incipientes que sejam, do próprio “Estado falido” (Brachet, 2007; Haine e Thompson, 2011). Portanto, a questão dos “Estados falidos” evidencia a renovada – e impulsionada transterritorialmente – parceria entre “sociedade civil”, “Estado” e organizações internacionais na produção de um duplo *sociedade civil/Estado* para além do “fracasso” ou da “falência”.

Nesse sentido, a pesquisa sobre os “Estados falidos”, iniciada no primeiro ano do Projeto Temático, com pesquisa de monitoria vinculada à graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal Fluminense (UFF) sobre o trabalho de Francis

Fukuyama (2005), teve continuidade em 2011 e seguirá como um dos temas do *fluxo segurança* em 2012.

A permanência da investigação sobre o tema “Estado falido” justifica-se, em adição, pela associação que é feita dessa categoria nos discursos sobre as “guerras climáticas”, que apontam Estados supostamente “falidos” como os principais cenários para a eclosão de conflitos motivados pelas mudanças no meio ambiente (Moran, 2011; Welzer, 2010; Smith e Vivekananda, 2009). Além disso, esses Estados passaram a figurar nos discursos diplomático-militares dos Estados Unidos e da União Europeia como ameaças à segurança regional (nas regiões onde ocorreriam tais “Estados falidos”) e nacional (dos próprios EUA e do consórcio estatal europeu). Nesse sentido, o estudo de dois documentos – a European Security Strategy (2003) e o Relatório sobre a Execução da European Security Strategy (2008) –, previsto no Plano de Trabalho do *fluxo segurança* para 2011, evidenciou que um novo tema de segurança explicitava-se entre os Estados europeus: o da *segurança climática*. A análise dos dois documentos produziu uma monografia de conclusão de curso na graduação em Relações Internacionais da UFF, orientada pelo Prof. Thiago Rodrigues (ver Relatório IC Segurança 2011).

A partir da análise dos documentos acima citados, foi feito levantamento, leitura e sistematização de bibliografia produzida sobre o tema da “segurança climática”. Autores como Floyd (2010), Wirtz (2010), Dalby (2009) afirmam que tal temática despontou no início dos anos 1990 como parte de um alargamento do conceito de segurança que seguiu após o fim da Guerra Fria. Segundo os estudos, a ênfase na questão nuclear e na guerra convencional – ambas relacionadas às forças armadas regulares dos Estados – foi a tônica do período da Guerra Fria (1948-1989). No entanto, teria acompanhado o fim do confronto leste-oeste o desbloqueio de novos temas que passaram a ser tidos como questões a ameaçar a segurança dos Estados, como o

crescimento populacional, a escassez de alimentos, recursos naturais e fontes de energia, as organizações ilícitas transterritoriais e a mudança climática.

A segurança do Estado não se identificaria mais apenas com a “segurança nacional” tal como formulada nos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial (1939-45) e que se preocuparia com a defesa de um dado território, a segurança do Estado com relação à população, os índices de riqueza (infraestrutura, terras férteis etc.) e poder militar contra ameaças advindas de outros Estados. A segurança estatal passaria a depender, então, de elementos não vinculados diretamente a ações agressivas promovidas por Estados, como a mudança climática. Nesse contexto, *segurança* teria sido associada não somente à proteção contra a morte violenta, mas a um conceito ampliado de bem-estar e desenvolvimento, parametrados pelos direitos humanos em ambiente de democracia política e liberalismo econômico (Hoffmann, 2010). Essa ênfase na proteção dos indivíduos foi denominada *segurança humana* (David, 2000; Hoffmann, 2010) e, pela sua dimensão transterritorial, indica um ponto de deslocamento do investimento de governo nas populações nacionais – a biopolítica – para outro voltado a parcelas de uma população mundial tomada como um corpo móvel e de nacionalidade variável que habita o planeta. Nesse deslocamento, e na perspectiva das questões de *segurança*, é possível notar a emergência de uma ecopolítica do planeta sobrepondo-se e redimensionando a biopolítica das populações.

A pesquisa, então, focou na análise das procedências do conceito de segurança humana, encontrando-a em documentos da Organização das Nações Unidas dos anos 1990, em especial o *Human Development Report*, publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 1994 (Sorj, 2005; Hoffmann, 2010). O relatório defendeu que a segurança dos indivíduos seria mais do que apenas a segurança da integridade pessoal, incluindo, também, temas como a segurança alimentar (acesso à ingestão necessária de alimentos) e a segurança ambiental (proteção

de um meio ambiente saudável). Desse modo, a segurança a ser visada pelos Estados seria aquela voltada ao “desenvolvimento humano sustentável” (Relatório do PNUD, 1994: 22). Haveria, assim, um vínculo direto entre a segurança humana e a segurança climática (Dalby, 2009).

O debate sobre segurança humana ganhou evidência nos anos 1990, dando base à elaboração do que Hoffmann (2010) chamou de um *conceito humanitarista de segurança* que justificou as primeiras intervenções humanitárias: ações militares destinadas a evitar a prática de crimes contra a humanidade por Estados ou facções armadas num determinado Estado (Ricobom, 2010). O bombardeio de forças sérvias no Kosovo, em 1999, por aviões da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a título de impedir o deslocamento forçado e o assassinato em massa de kosovares é tido pela literatura como a primeira intervenção humanitária (Farrell, 2010; Ricobom, 2010). A ação, sem autorização formal da ONU, levou seu então secretário-geral Kofi Annan a apoiar uma revisão teórica dos conceitos de soberania e direitos humanos que resultou, em 1999, na formação da International Commission on Intervention and State Sovereignty (ICISS) – encabeçada pelo governo do Canadá – que publicou, em 2001, o relatório *The Responsibility to Protect*.

O estudo do conceito de *responsabilidade de proteger* (RdP) constou no primeiro ano de pesquisa do Projeto Temático, tendo em vista sua incorporação pela ONU, em 2005, como um princípio a orientar intervenções diplomático-militares em Estados tidos como “falidos”. A importância do conceito, desde então, cresceu, tendo sido indicado na Resolução 1973 do Conselho de Segurança que autorizou, em março de 2011, ações militares estrangeiras contra o regime de Muamar Gadafi, na Líbia (ONU, S/RES/1973/2011). O interesse de pesquisa na RdP foi mantido porque tal princípio não recomenda apenas as intervenções militares. Ao contrário, tais intervenções seriam, tão-somente, situações limite quando as medidas político-diplomáticas de *prevenção*

falhassem. Ademais, após uma intervenção que levasse à mudança de regime, haveria, segundo a RdP, outra etapa: a da *reconstrução* das instituições, da economia e das relações comunitário-sociais.

Assim, o tema da RdP conecta-se ao dos “Estados falidos”, ao da segurança humana e, por extensão, ao da segurança climática e demais níveis de ampliação do conceito de *segurança*. Nesse sentido, o *fluxo segurança* manteve a RdP no seu temário de pesquisa, principalmente por meio de pesquisa de mestrado em Estudos Estratégicos, na UFF, orientada pelo Prof. Thiago Rodrigues, com conclusão prevista para abril de 2012 (ver Relatório Mestrado Segurança 2011). A articulação entre essas questões indica o estudo da RdP como via para a análise de novos modos de governamentalização da vida, dos fluxos e dos recursos materiais pela articulação entre a ação concertada de Estados, organizações internacionais e ONGs voltadas para a construção de Estados. Por esse motivo, o tema da RdP deve continuar como questão de pesquisa do *fluxo segurança* em 2012.

Para tanto, espera-se, em 2012, desenvolver a pesquisa sobre o Haiti e a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), compreendendo o caso haitiano como a experiência mais completa de um processo de construção institucional a partir de uma ocupação diplomático-militar internacional. O percurso de pesquisa, em 2011, fez com que a ênfase do *fluxo segurança* recaísse sobre o tema da *segurança climática*. Todavia, o acesso a esse problema levou, novamente, o olhar da pesquisa à RdP e ao Haiti, reforçando a hipótese de que nesse país experimenta-se novas práticas de governo das condutas para o saneamento político, econômico, social e ambiental de um país tendo como parâmetro um emergente modelo de estabilidade e segurança planetários.

Além desses dois planos do redimensionamento do conceito de segurança – segurança humana e segurança climática – o *fluxo* avançou no levantamento e análise

preliminares de outros dois: segurança cibernética e segurança alimentar. O tema da segurança cibernética despontou como questão prevista no Plano de Atividades de 2011 e que, efetivamente, acionou um trabalho de Iniciação Científica (CEPE/PUC-SP) vinculado ao curso de graduação em Relações Internacionais da PUC-SP sob orientação da Profa. Salete Oliveira e acompanhamento do Prof. Thiago Rodrigues (ver Relatórios IC Segurança 2011). O foco dessa IC foi o de mapear a emergência do conceito de *cyberwar* – ou “guerra cibernética” – e o processo de construção dos ataques promovidos por e nos meios computo-informacionais como uma questão de segurança para o Estado e de segurança internacional. O levantamento mostrou as procedências da *cyberwar* no desenvolvimento militar das redes computacionais, ainda nos anos 1960, e sua crescente utilização como meio para ataques tanto de Estados a outros Estados, quanto de ativistas ou hackers contra sites estatais ou privados.

A IC fez uma sistematização dos tratados pioneiros sobre o tema da segurança cibernética promovidos pela Organização para Cooperação de Xangai (SOC, na sigla em inglês) que reúne Rússia, China, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão e Uzbequistão e sobre as institucionalizações emergentes nos Estados Unidos e no Brasil a respeito da segurança cibernética. Por fim, a pesquisa de iniciação científica, concluída com o presente relatório, apresenta uma descrição inicial do site Conflitos Globais/Global Conflicts voltado à divulgação de jogos de computador educacionais (serious games) sobre situações conflituosas no mundo (fronteira México/EUA, conflito Israel/Palestina etc.). O projeto *Global Conflicts* foi iniciado por uma empresa de computação dinamarquesa, em 2005, e chegou ao Brasil em 2010, a partir da iniciativa do Prof. Gilson Schwartz (ECA/USP). O programa educacional está associado a um projeto internacional chamado *Games for Change* (www.gamesforchange.org.br) e sugere interessantes conexões com os programas de treinamento militar produzidos para a operação remota de equipamentos e armamentos (Singer, 2009).

A pesquisa sobre segurança climática, por sua vez, indicou o despontar de uma das outras novas dimensões associadas ao tema da segurança no século XXI – o da *segurança alimentar* – cujo estudo não estava previsto no Plano de Atividades 2011, mas que se fez necessário incluir pelas conexões com a questão ambiental e das dimensões ampliadas de segurança. A primeira reunião que consolidou o conceito de segurança alimentar aconteceu em 1974 por ocasião da Conferência Mundial sobre Alimentação na qual foi recomendado aos países membros que se ratificasse o documento “International Undertaking on World Food Security”. Hoje, a segurança alimentar apresenta-se como uma das principais diretrizes dos programas de combate à fome da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura), sob a gestão de José Graziano da Silva, ex-ministro de Segurança Alimentar e Combate à Fome do governo Lula, quando foi responsável pelo programa “Fome Zero – uma política de segurança alimentar” (Graziano, 2004).

Em 1996, durante a Conferência Mundial de Roma foram assinados mais dois documentos, a *Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial* e o *Plano de Ação da Cúpula Mundial de Alimentação*.¹ Um dos efeitos da Conferência de Roma foi o deslocamento do conceito de segurança alimentar, associado anteriormente à promoção da produção agrícola e impulsão da econômica dos países considerados subdesenvolvidos, para um termo global que incitasse a localização e proteção de grupos vulneráveis. O intuito era aliar práticas de boa saúde, defesa da soberania estatal por políticas de segurança alimentar para todos, afirmando o duplo segurança e insegurança alimentar, o primeiro como garantia de um direito fundamental, e o segundo entendido como requisição de políticas preventivas a epidemias de fome.

¹ Os documentos estão disponíveis em <http://www.pucsp.br/ecopolitica/documentos/seguranca/seguranca.html>

Os objetivos do Plano de Ação da Cúpula de 1996 de reduzir os índices da fome pela metade até 2015 foram agregados às Metas do Milênio quatro anos depois. Segundo o Plano de Ação, o alcance de um estado de segurança alimentar é reconhecido pela FAO “quando as pessoas tem a todo momento, acesso físico e econômico a alimentos seguros, nutritivos suficientes para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, a fim de levarem uma vida ativa e sã” (Plano de ação da Cúpula Mundial, 1996, FAO).

A segurança alimentar apresenta-se como ponto de embate que congrega saúde, meio ambiente e práticas de segurança, alinhadas ao regime democrático como forma de garantir a expansão dos direitos e participação dos chamados grupos vulneráveis. Explorando também a possibilidade de encadear programas econômico-sociais de desenvolvimento, incluindo questões como reforma agrária, gênero e mudanças nas legislações (Belik, 2004). Para o economista Deep Ford (2004), analisando a América Latina, haveria diversos temas interconectados quando se trata de segurança alimentar, como o direito à alimentação e a soberania alimentar (capacidade de cada Estado em garantir adequada dieta alimentar aos seus cidadãos sem depender de importações). Nesse sentido, a conquista de uma situação de segurança alimentar implicaria no equacionamento entre crescimento econômico-produtivo e preservação ambiental, de modo a compatibilizar ascensão social e proteção dos recursos naturais que assegurem o *desenvolvimento sustentável* e o enfrentamento da pobreza e desnutrição.

Outra dimensão prevista no Plano de Atividades 2011 dizia respeito à questão do narcotráfico, com atenção à situação no México e no Brasil. Nesse sentido, a pesquisa dedicou-se ao estudo da militarização do combate ao narcotráfico tanto no México, quanto no Brasil, analisando-a nos seus vínculos com a experiência colombiana contemporânea (Plano Colômbia e Política de Segurança Democrática) e programas de segurança pública que articulam ocupação policial-militar de territórios tidos como

degradados ou vulneráveis associada à entrada de serviços oferecidos por agências públicas e ONGs. No caso brasileiro, foi dada ênfase à análise do processo de envolvimento das forças armadas no combate ao chamado crime organizado desde os mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) até os governos de Lula da Silva (2003-2010).

As reflexões iniciais sobre a atualidade da militarização do combate ao narcotráfico no Brasil foram expostas, pelo Prof. Thiago Rodrigues, em três eventos de repercussão na área de Relações Internacionais – IV Encontro da Associação Nacional de Estudos da Defesa (ABED), agosto de 2011; 35º Encontro Anual da ANPOCS, outubro de 2011; Seminário “Global Security Regimes in the Making?”, PUC-Rio, outubro de 2011) e registradas no artigo “Brasil, América Latina e a militarização do combate ao narcotráfico” (com aceite para publicação em 2012 na revista *Tensões Mundiais*).

O estudo das iniciativas regionais de segurança foi anunciado, no Plano de Atividades 2011, como um dos focos de trabalho, destacando a União Europeia e a União Sul-Americana de Nações. A União Europeia seria abordada a partir de sua estratégia regional de segurança, como de fato aconteceu na articulação que se fez entre segurança climática e segurança europeia (conforme indicado anteriormente). O caso da Unasul, por sua vez, foi analisado enfocando a questão do combate aos ilícitos transnacionais na América do Sul, tema colocado no protocolo de criação do Conselho Sul-Americano de Defesa como um dos elementos a justificar uma concertação regional em termos de segurança compartilhada. A reflexão sobre a Unasul foi registrada em capítulo de livro publicado (Rodrigues e Rodrigues, 2011) e na exposição em quatro eventos de repercussão na área das Relações Internacionais e Ciências Sociais (“Los BRICs: Brasil, potencia emergente”, Universidad de Salamanca, abril de 2011; 3o Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais, USP, julho de

2011; XI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, agosto de 2011; II Simpósio Internacional Caminhos da Integração Sul-Americana, Universidade Federal do Rio de Janeiro, outubro de 2011).

O estudo da construção regional de temas de segurança associado à produção de novas dimensões de segurança levou ao adensamento da problematização teórica da chamada Escola de Copenhague, que desde o final dos anos 1980, defende a ampliação do escopo teórico para a investigação dos conflitos internacionais. Autores dessa Escola, como Buzan, Wæver, de Wilde (1998), Buzan e Wæver (2003) e Buzan (2009), dedicaram-se a teorizar a respeito de como questões dos mais diversos matizes são convertidas em temas de segurança, justificando ações específicas dos Estados, naquilo que denominam *processo de securitização*. O debate sobre a teoria da securitização foi sistematizado pelo *fluxo segurança* a partir da monografia sobre a construção das mudanças climáticas como tema de segurança na União Europeia e pelo trabalho sobre regionalização da segurança e militarização do combate ao narcotráfico.

Do ponto de vista analítico-metodológico, o fluxo seguiu as indicações de Frédéric Gros (2009) a respeito do fim da *guerra* e da emergência dos estados de violência. A partir da análise das novas institucionalizações no campo da segurança, que combinam a segurança do Estado às novas modalidades de segurança coletiva e regional, foi possível avançar na problematização da guerra, de modo a lapidar a hipótese principal do fluxo segurança, a saber, a de que há hoje um redimensionamento do dispositivo diplomático-militar na forma de um emergente *ambiente de segurança planetário* sobrepondo-se ao sistema de segurança interestatal analisado por Foucault (2008). Esse *sistema interestatal* – redimensionado como *sistema internacional* após as revoluções burguesas do final do século XVIII – teria suas procedências mais remotas nos começos da formação da Era Moderna. No entanto, passaria a ser alterado – e, em parte, substituído –, a partir da II Guerra Mundial, por novos arranjos jurídico-políticos

voltados ao governo dos fluxos planetários de capitais, produtos, pessoas e ilegalismos característicos da sociedade de controle.

Assim, da pesquisa do *fluxo segurança* em 2011, emerge uma hipótese ainda inicial: a de que relações internacionais estariam sendo sobrepostas e redimensionadas por um ambiente planetário ou mundial, que ainda não dispensa a existência dos Estados, mas a adéqua às necessidades do governo dos fluxos transterritoriais. Esse ambiente, com suas novas institucionalidades, colocaria em marcha novos programas para a produção de segurança: garantias contra as panes e vírus nas redes (a cyberwar, os ataques de hackers, a segurança dos ambientes de rede e bancos de dados públicos e privados), contra os fluxos de violências (terrorismo transterritorial e ilegalismos transterritoriais), contra os “Estados falidos” e suas interferências na otimizada circulação do capital. Por isso, comporiam um mapa precário dessa segurança planetária na sociedade de controle a articulação entre segurança climática, humana e alimentar; os arranjos regionais para a segurança partilhada entre Estados; as justificativas para intervenções e ocupações territoriais universais de cunho humanitarista. Em suma, os percursos da pesquisa em 2011 sugerem pista analíticas para a compreensão de um possível ambiente de segurança planetário a se sobrepor às relações internacionais.

Por fim, registra-se que, em 2011, as pesquisas vinculadas ao *fluxo segurança* encontraram espaço no Laboratório de Estudos sobre Política Externa Brasileira (LEBEP) na UFF, co-coordenado pelo Prof. Thiago Rodrigues. No LEBEP, a linha de pesquisa *Segurança Planetária* conectou-se diretamente aos temas de pesquisa do Projeto Temático, reunindo estudantes da graduação em Relações Internacionais e do mestrado em Estudos Estratégicos da UFF, sendo que três deles dispuseram de bolsas (01 bolsa REUNI/CAPES de Mestrado; 01 bolsa PROGRAD/UFF de Monitoria; 01 bolsa PROPII/UFF de Iniciação Científica).

Plano de atividades para o próximo período

Segurança

O fluxo segurança pretende, em 2012: a) avançar na sistematização de literatura e documentação sobre as novas dimensões de segurança (segurança humana, segurança climática, segurança alimentar, segurança energética, segurança cibernética); b) pesquisar o tema das intervenções humanitárias articuladas ao do princípio da Responsabilidade de Proteger e à MINUSTAH, no Haiti; c) desenvolver pesquisa sobre militarização do combate ao narcotráfico e redimensionamento da guerra às drogas; d) propor projetos de iniciação científica e monitoria sobre o “Failed States Index” da revista *Foreign Affairs*, sobre o site/programa *Global Conflicts* e sobre *cyberwar*; e) analisar as conexões entre a militarização da segurança pública, o programa das Unidades de Polícia Pacificadora no Brasil e a MINUSTAH.